

Maquiavel e a Autonomia da Política

Autor: João Artur Camargo de Oliveira

2º semestre/ 2012

Roteiro de Atividades Didáticas (5 aulas de 45 minutos)

Atividade 1 – Apresentação do pensamento político de Nicolau Maquiavel

Apresentar aos estudantes do ensino médio as ideias dos pensadores clássicos é uma forma interessante de introduzi-los no universo das Ciências Sociais. Apesar de muitos considerarem que exigir a leitura direta da fonte original seja muito pesado para estudantes desse nível, pode-se apresentar resumidamente as ideias (ou exigir a leitura de comentadores com linguagem mais simplificada). Porém, deve-se sempre sugerir a leitura na fonte para os alunos que se interessarem.

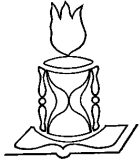
Objetivo: Introduzir para os alunos parte do pensamento político de Nicolau Maquiavel, sobretudo as noções de autonomia da política frente a outras esferas de poder, como a religião e a moral, e os conceitos de virtú e fortuna.

Previsão de desenvolvimento: uma aula de 45 minutos.

Recursos necessários: computador com acesso a internet e projeção de PowerPoint.

Dinâmica utilizada:

Por meio de ferramentas eletrônicas, como o programa PowerPoint, pode-se preparar uma aula dinâmica e atrativa. A ferramenta permite a projeção de textos, fotos e vídeos, com múltiplos efeitos digitais para prender a atenção dos alunos.




O professor deve iniciar a aula apresentando brevemente o tema e o autor.
Para isso, já pode utilizar-se de slides projetados. Seguem exemplos:

Slide 1:

Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Autonomia da Política

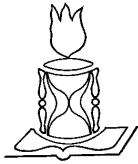
Aula 1



Slide 2:

Na aula de hoje, veremos:

- Apresentação do Contexto Histórico em que viveu Maquiavel (Itália Renascentista);
- Parte da visão política presente na obra de Maquiavel;
- A discussão elaborada pelo autor sobre a relação entre Política e Religião;
- As diferentes formas de governo e suas relações com os conceitos de *virtù* e fortuna.

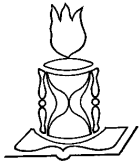


Slide 3:

**Maquiavel:
vida, obra e contexto histórico**

- Nasceu em 1469 e morreu em 1527;
- Viveu na República de Florença, centro do Renascimento italiano;
- Europa vivia uma época de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna;
- Nascimento de uma nova classe, a burguesia, que se interessa por governos fortes que possam regular pesos, medidas e moeda.

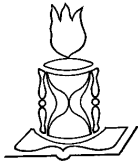
O professor deve apresentar os slides e ir detalhando o conteúdo de cada tópico. Para evitar somente a apresentação de textos durante a aula, que pode vir a deixa-la monótona, sugiro que o quarto slide contenha uma apresentação de algum recurso audiovisual. Como sugestão, coloquei um vídeo, cujo conteúdo, público, está disponível no site Youtube. Trata-se de uma apresentação da cidade de Florença, com duração de 7 minutos. O vídeo pode ser acessado por esse link: <http://www.youtube.com/watch?v=ZE5VAbrRIA>.



Slide 4:



Ao término do vídeo, deve-se fazer a contextualização, comentando que o vídeo nos mostrou a atual cidade de Florença, porém com resquícios da arquitetura da cidade na época de Maquiavel, as obras dos principais pensadores e artistas citados no vídeo, etc. Então, pode-se entrar, nos 20 últimos minutos de aula, aproximadamente, no pensamento político de Maquiavel exposto em *O Príncipe*. Para tal, continuamos com a apresentação de slides.



Slide 5:

A autonomia da política!

- A política não deve prestar contas a nenhuma outra esfera de poder!
- A política deve ser livre da ingerência de outros âmbitos de controle, como a religião ou a moral.
- O governante não precisa se submeter a qualquer princípio ético.

Slide 6:

Virtù vs. Fortuna

- *Virtù* como capacidade de fundar e manter Estados florescentes, especialmente os Estados baseados na liberdade;
- A *virtù* é a capacidade de lutar contra a Fortuna, que é algo muito próximo do que chamamos de “acaso”;
- O objetivo de todo bom governante deve ser cultivar a *virtù* de seu povo!

Com esses poucos slides e a apresentação de um vídeo curto, conseguimos apresentar resumidamente o tema da aula e preparar os alunos para as discussões que virão nas aulas seguintes.



Atividade 2 - Análise de editorial de jornal

As atividades de ensino de Ciências Sociais para alunos do Ensino Médio não podem estar separadas de questões ditas “atualidades”, de forma que os debates sejam contextualizados com questões cotidianas, pelas quais o país está passando. Dessa forma, uma boa maneira de chamar a atenção dos alunos para questões atuais é estimulá-los à leitura de jornais, principalmente a sessão de editoriais, que estimula o senso crítico e auxilia no desenvolvimento de capacidades argumentativas.

Objetivo: Apresentar uma visão atual sobre o cenário político paulistano (que pode ser considerado um espelho do cenário político brasileiro) tentando estimular os alunos a refletir sobre tal cenário, com base em conhecimentos teóricos pré-estabelecidos a partir da leitura prévia de um pensador político clássico, Nicolau Maquiavel.

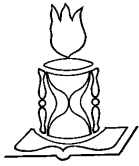
Previsão de desenvolvimento: duas aulas de 45 minutos, sendo a primeira reservada para leitura comentada do editorial por parte do professor, e a segunda para a realização de uma dinâmica em grupo.

Recursos necessários: Cópia do editorial a ser discutido.

Dinâmica utilizada

O ponto de partida da aula é a distribuição, para os alunos, de cópia do editorial a ser analisado. Após isso, o professor deve realizar a leitura em voz alta, comentando os trechos que considerar relevante para a discussão a ser realizada em sala.

Com relação ao tema proposto no texto teórico, a relação entre política e religião, com base no pensamento de Maquiavel, proponho o seguinte editorial, publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, de outubro de 2012 (disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=63>):



Uma eleição que disputa valores

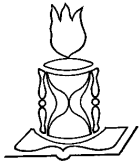


Um dos fundamentos da democracia moderna é a separação entre a Igreja e o Estado e a garantia de que o exercício da cidadania política independe das crenças religiosas de cada um. Em contrapartida, o Estado assegura a imparcialidade no trato com as diferentes Igrejas, a liberdade religiosa e a convivência respeitosa entre as diferentes religiões.

Curiosamente, estamos vivendo uma situação singular nestas eleições, no Brasil. Uma situação que desafia esse fundamento da democracia. Uma Igreja disputa as eleições: a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) quer eleger prefeitos e vereadores através de sua sigla partidária, o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Essa afirmação requer duas coisas: primeiro, sua comprovação; segundo, uma reflexão sobre suas implicações. O que significa uma Igreja à frente do poder político? E por que uma Igreja quereria eleger um prefeito?

Já no final dos anos 1980, a Iurd era uma potência. Tinha adquirido a Rede Record de televisão e possuía, segundo seu fundador, Edir Macedo, milhares de pastores e obreiros e milhões de fiéis espalhados por quatro continentes. A Iurd cresce também no Brasil e adentra o mundo da política, integrando o PRB, que tinha como presidente de honra o vice-presidente da República, José Alencar, um católico fervoroso. Em 2006, na primeira eleição disputada pelo PRB, o único deputado federal eleito foi o pastor da Iurd, Léo Vivas. Nas eleições de 2010, o número de deputados federais eleitos passou para oito e foram eleitos dezessete deputados estaduais. Atualmente, a bancada do PRB no Congresso tem nove deputados federais, sete dos quais pastores da Iurd.

No plano da vida partidária, em 2011, com a morte de José Alencar, a Iurd consolidou seu controle sobre o partido. Marcos Pereira, da Iurd e da TV Record, assumiu sua presidência; pelo menos dez dos dezoito membros da Executiva Nacional do PRB são da Iurd ou da Record; os



sete cargos mais importantes da Executiva estão nas mãos de pastores da Iurd; 23 dos 27 presidentes estaduais têm vínculos formais ou com a Iurd, ou com a Record.

Esses dados tentam demonstrar que, mesmo se os eleitores do PRB forem para além do mundo de seus fiéis, que estão entre os 16 milhões de evangélicos brasileiros, quem se fortalece nesse processo, elegendo seus pastores ou seus representantes, é a Iurd.

Se o PRB é controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus, sua Executiva Nacional e seus presidentes estaduais são da Iurd, as bancadas federal e estaduais eleitas pelo PRB são em sua esmagadora maioria de pastores da Iurd, podemos e devemos colocar em questão se esses candidatos, quando eleitos, defenderão os interesses públicos ou os interesses de sua Igreja.

Nestas eleições municipais, o PRB tem candidaturas próprias em quatro capitais: São Paulo, com Celso Russomano; Salvador, com o bispo Márcio Marinho; Maceió, com Galba Novaes; e Boa Vista, com Mecias de Jesus. A legenda pretende eleger de sessenta a oitenta prefeitos e dobrar a bancada de deputados federais em 2014.

Tomemos o exemplo de São Paulo. Como um prefeito que é umbilicalmente ligado à Iurd e à Record vai tratar a diversidade sexual, a Parada Gay? Como serão geridas as relações da prefeitura com as entidades assistenciais que prestam serviços às comunidades? Serão privilegiadas as entidades assistenciais afins com a Iurd? Haverá proselitismo religioso? E a questão do aborto? Da gravidez precoce?

Não se trata de criminalizar esta ou aquela Igreja. Essas questões, aliás, não se referem unicamente aos evangélicos, mas apontam para uma necessária distinção entre a natureza da política pública, que deve se orientar pela garantia de direitos para todos, e a natureza das religiões, que afirmam valores morais e regras de conduta que, em muitos casos, se chocam com a necessária pluralidade cultural e de valores que são riqueza e patrimônio de cidades como São Paulo. Afinal, qual é a cidade que a gente quer?

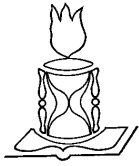
Silvio Caccia Bava

Diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil

Após a leitura comentada do editorial, o professor deve propor que a sala se divida em grupos, para debater temas específicos presentes no editorial. O professor pode permitir que os grupos formulem suas próprias questões, ou então, pode ele mesmo propor as questões a serem debatidas por cada grupo. Nos últimos 20 minutos da aula, as conclusões de cada grupo devem ser debatidas no coletivo.

Sugestão de questões a serem apresentadas para os alunos:

1. Quais são os possíveis interesses que uma instituição religiosa pode ter ao se aproximar de grupos políticos?



2. O Estado brasileiro realmente trata com imparcialidade as diferentes instituições religiosas ou há casos de favorecimento de alguma delas em alguma questão?
3. As votações de leis no Congresso Nacional são influenciadas pela religião?

Se essas questões forem utilizadas no debate, o professor deve estar preparado para falar de possíveis respostas, como isenção de impostos ou facilidades jurídicas para construção de novos templos, no caso da questão 1; a presença maciça de símbolos religiosos cristãos em órgãos públicos, na questão 2; e, na questão 3, o medo de se tratar de temas polêmicos, como aborto ou descriminalização de drogas, com medo de perder votos; entre outros exemplos possíveis para as três temáticas.

Atividade 3 – Mostrar a aplicação do tema nos exames “vestibulares”

Em se tratando de alunos do Ensino Médio, não podemos ignorar a aplicação prática do tema estudado nos exames de admissão para os cursos superiores. Embora o foco do aprendizado de Ciências Sociais no Ensino Médio não seja prioritariamente voltado para os vestibulares, deve-se mostrar que a matéria vem aparecendo nos exames de admissão da maioria das grandes universidades públicas.

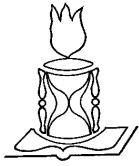
Objetivo: Trabalhar em sala de aula a resolução de questões nos moldes cobrados pelos vestibulares de instituições públicas de ensino superior.

Previsão de desenvolvimento: duas aulas de 45 minutos, sendo a primeira reservada para a resolução da lista de exercícios, por parte dos alunos, e a segunda para a correção oral perante toda a sala, por parte do professor.

Recursos necessários: lista de exercícios previamente elaborada.

Dinâmica utilizada:

O professor deve levar cópias da lista de exercícios para serem distribuídas para os alunos. Então, deve-se deixar que eles reflitam sobre as questões e tentem respondê-las, pelo tempo de uma aula, ficando o professor a disposição em sala de aula para tirar eventuais dúvidas pontuais que surgirem. Na segunda aula, o professor



deve realizar a correção oral das questões, apresentando as respostas corretas e explicando o porquê de cada alternativa estar certa ou errada.

A seguir, uma sugestão de exercícios a serem trabalhados em sala de aula:

(UNICAMP – 1999) Sobre o governo dos príncipes, Nicolau Maquiavel, um pensador italiano do século XVI, afirmou:

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. (...) Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião (...). O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário. (Adaptado de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, em *Os Pensadores*, São Paulo, Nova Cultural, 1996.)

A partir do texto, responda:

- Qual o maior dever do príncipe?
- Como o príncipe deveria governar para ter êxito?
- De que maneira as ideias de Maquiavel se opunham à moral cristã medieval?

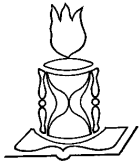
Resposta:

- O maior dever do príncipe era manter o governo ou o Estado.
- O príncipe, segundo Maquiavel: (1) não precisa ser bom (ou piedoso, fiel, humano, íntegro), (2) ele aparenta ser bom (ou seja, usa da hipocrisia), e (3) deve estar pronto a fazer o mal.
- Maquiavel rompe com os princípios morais cristãos ao justificar a hipocrisia, a violência e a dissimulação em função dos interesses do Estado (ou do príncipe). A esses interesses estavam subordinados até mesmo a fé e a religião. Ao contrário do que pregava a moral cristã, Maquiavel propunha que os atos políticos fossem julgados pelas suas consequências e não por princípios éticos predeterminados ou preocupação com a punição divina.

(UEL – 2004) “*O maquiavelismo é uma interpretação de O Príncipe de Maquiavel, em particular a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade.*” (BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: Editora da UNB, 1984.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, para Maquiavel o poder político é:

- Independente da moral e da religião, devendo ser conduzido por critérios restritos ao âmbito político.
- Independente da conveniência e oportunidade, pois estas dizem respeito à esfera privada da vida em sociedade.



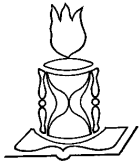
- c) Dependente da religião, devendo ser conduzido por parâmetros ditados pela Igreja.
- d) Dependente da ética, devendo ser orientado por princípios morais válidos universal e necessariamente.
- e) Independente das pretensões dos governantes de realizar os interesses do Estado.

Resposta: A – Como vimos no exercício anterior, Maquiavel propunha que os atos políticos fossem julgados pelas suas consequências e não por princípios éticos (ou morais) predeterminados ou preocupação com a punição divina.

(UEM – 2008) Maquiavel inaugura o pensamento político moderno. Seculariza a política, rejeitando o legado ético-cristão. Maquiavel tem uma visão do homem e da política como elas são e não como deveriam ser. A política deve ater-se ao real, deve preocupar-se com a eficiência da ação e não teorizar, como fazia Platão, sobre a forma ideal de governo. Assinale o que for correto.

- 01) Para Maquiavel, o príncipe virtuoso é aquele que governa com justiça, estabelecendo, entre seus súditos, a igualdade social e uma participação político-democrática.
- 02) Maquiavel redefine as relações entre ética e política, não julga mais as ações políticas em função de uma hierarquia de valores dada de antemão, mas em função da necessidade dos resultados que as ações políticas devem alcançar.
- 04) Maquiavel faz a apologia da tirania, pois considera ser a forma mais eficiente de o príncipe manter-se no poder e garantir a segurança da ordem social e política para seus súditos.
- 08) Na concepção política de Maquiavel, não há uma exclusão entre ética e política, todavia a primeira deve ser entendida a partir da segunda. Para ele, as exigências da ação política implicam uma ética cujo caráter é diferente da ética praticada pelos indivíduos na vida privada.
- 16) Para Maquiavel, a sociedade é dividida entre os grandes, isto é, os que possuem o poder político e econômico, e o povo oprimido. A sociedade é cindida por lutas sociais, não pode, portanto, ser vista como uma comunidade homogênea voltada para o bem comum.

Resposta: Estão corretos os itens 02, 08 e 16. Maquiavel estabelece a autonomia da política, refutando a anterioridade das questões morais na avaliação da ação política. Ele não avalia as ações em função de uma hierarquia de valores dados *a priori*, mas sim em vista das consequências, dos resultados das ações políticas, sendo essa a ideia expressa na afirmativa 02. A afirmativa 08 nos leva à reflexão sobre a situação dramática e ambivalente do homem de ação: se o indivíduo aplicar de forma inflexível o código moral que rege sua vida pessoal à vida política, sem dúvida acolherá fracassos sucessivos, tornando-se um príncipe incompetente, o que acaba por aplicar-se na afirmativa 16 cujos critérios da ética política precisam ser revistos conforme as circunstâncias e sempre tendo em vista os fins coletivos.



(UEL 2009) [...] *como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.* (MAQUIAVEL, N. O Príncipe cap. XV. “Coleção Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural 1973. p. 69.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da relação entre poder e moral, é correto afirmar:

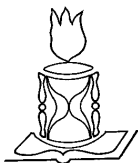
- a) Maquiavel se preocupa em analisar a ação política considerando tão somente as qualidades morais do Príncipe que determinam a ordem objetiva do Estado.
- b) O sentido da ação política, segundo Maquiavel, tem por fundamento originário e, portanto, anterior, a ordem divina, refletida na harmonia da Cidade.
- c) Para Maquiavel, a busca da ordem e da harmonia, em face do desequilíbrio e do caos, só se realiza com a conquista da justiça e do bem comum.
- d) Na reflexão política de Maquiavel, o fim que deve orientar as ações de um Príncipe é a ordem e a manutenção do poder.
- e) A análise de Maquiavel, com base nos valores espirituais superiores aos políticos, repudia como ilegítimo o emprego da força coercitiva do Estado.

Resposta: D - Maquiavel pode ser considerado como o primeiro cientista político moderno, justamente por pensar a política a partir de suas demandas internas, e não por um julgamento moral ou religioso. Nesse sentido, na obra *O Príncipe*, ele analisa como a política deve ser orientada no sentido da conquista e da manutenção do poder.

(UEL 2010) Leia o texto de Maquiavel a seguir:

Todo príncipe prudente deve não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia. [...] Assim se dá com o Estado: conhecendo-se os males com antecedência o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados [...] (MAQUIAVEL, N. O Príncipe: Escritos políticos. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.12.)

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é



levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados. (MAQUIAVEL, N. O Príncipe: Escritos políticos. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.75.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da polaridade entre *virtú* e fortuna na ação política e suas implicações na moralidade pública, considere as afirmativas a seguir:

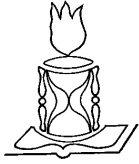
- I. A *virtú* refere-se à capacidade do príncipe de agir com astúcia e força em meio à fortuna, isto é, à contingência e ao acaso nas quais a política está imersa, com a finalidade de alcançar êxito em seus objetivos.
- II. A fortuna manifesta o destino inexorável dos homens e o caráter imutável de todas as coisas, de modo que a *virtú* do príncipe consiste em agir consoante a finalidade do Estado ideal: a felicidade dos súditos.
- III. A *virtú* implica a adesão sincera do governante a um conjunto de valores morais elevados, como a piedade cristã e a humildade, para que tenha êxito na sua ação política diante da fortuna.
- IV. O exercício da *virtú* diante da fortuna constitui a lógica da ação política orientada para a conquista e a manutenção do poder e manifesta a autonomia dos fins políticos em relação à moral preestabelecida.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

Resposta: A (as afirmativas I e IV são corretas) - Por *virtú*, Maquiavel entende a capacidade pessoal de dominar os eventos, de alcançar um fim objetivado, por qualquer meio; por fortuna, entende o curso dos acontecimentos que não dependem da vontade humana. O critério maquiavélico para distinguir a boa política da má é o seu êxito. O êxito é medido pela capacidade de manter o estado em estabilidade. Para Maquiavel, o bom governante é aquele que, embora possa ter conquistado o poder por meios criminosos, consegue depois mantê-lo.

(UNESP 2011) *“Três maneiras há de preservar a posse de Estados acostumados a serem governados por leis próprias; primeiro, devastá-los; segundo, morar neles; terceiro, permitir que vivam com suas leis, arrancando um tributo e formando um governo de poucas pessoas, que permaneçam amigas. Sucede que, na verdade, a garantia mais segura da posse é a ruína. Os que se tornam senhores de cidades livres por tradição, e não as destroem, serão destruídos por elas. Essas cidades costumam ter por bandeira, em suas rebeliões, tanto a liberdade quanto suas antigas leis, jamais esquecidas, nem com o passar do tempo, nem por influência dos favores que recebem. Por mais que se faça, e sejam quais forem os cuidados, sem promover desavença e desagregação entre os habitantes, continuarão eles a recordar aqueles princípios e*



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

a estes irão recorrer em quaisquer oportunidades e situações”. (Nicolau Maquiavel. Publicado originalmente em 1513. Adaptado.)

Partindo de uma definição de moralidade como conjunto de regras de conduta humana que se pretendem válidas em termos absolutos, responda se o pensamento de Maquiavel é compatível com a moralidade cristã. Justifique sua resposta, comentando o teor prático ou pragmático do pensamento desse filósofo.

Resposta: O pensamento de Maquiavel é célebre por ter rompido com a moralidade cristã da época – é bom lembrar que estamos falando da época do Renascimento, quando as explicações religiosas começam a ceder espaço para o pensamento racional, baseado na capacidade humana de explicar o mundo. Deste modo, Maquiavel é racional e totalmente pragmático, elaborando um tratado político – “O príncipe”, do qual provavelmente foi retirado esse excerto – que funciona como uma espécie de manual, com conselhos extremamente práticos e realistas para se obter e manter o poder, sem menção a qualquer restrição de ordem moral.